Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho Universitário

ATA Nº 2/2012
CONJUNTA

Aos 27 dias do mês de novembro do ano de 2012, no horário das 14h, Sala 211-0, Torre 3 - 2º andar, Bloco A, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Bangu, Santo André, realizou-se a II sessão conjunta dos Conselhos Universitário (ConsUni) e de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE) da UFABC do ano em curso, previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor, professor Helio Waldman, com a presença dos seguintes. Conselheiros Natos: Gustavo Martini Dalpian, vice-reitor; Arnaldo Rodrigues dos Santos Junior, diretor do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Derval dos Santos Rosa, pró-reitor de Graduação; Francisco de Assis Comarú, substituto oficial do pró-reitor de Extensão; Gilberto Martins; diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Gustavo A. Galati; substituo oficial do pró-reitor de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas; Klaus Werner Capelle; pró-reitor de Pesquisa; Marcos Joel Rúbia, pró-reitor de Administração; Roberto de Menezes Serra, substituto oficial do pró-reitor de Pós-Graduação; Rosana Denaldi, pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Valdecir Marvulle, diretor do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC). Conselheiros do ConsUni: Alexsandre Figueiredo Lago, representante docente do CCNH; Alvaro Batista Dietrich, representante suplente docente do CECS; Cristiane Otero Reis Salum, representante docente CMCC; Fátima Crhistine da Silva, representante dos técnicos administrativos; Fernando Zaniolo Gibran, representante docente do CCNH; Guiou Kobayashi, representante docente do CMCC; Igor Leite Freire, representante docente do CMCC; João Manuel M. Coutinho, representante discente de graduação; Josué Silva dos Santos, representante discente de pós-graduação; Leonardo Santos Salles Varallo, representante discente de graduação; Luiz Carlos da Silva Rozante, representante suplente docente do CMCC; Marcelo Carlos Cunha Breganhola, representante dos técnicos administrativos; Marcelo Oliveira da Costa Pires, representante suplente docente do CCNH; Maria Gabriela S. Martins C. Marinho, representante docente do CECS; Mauro Coelho dos Santos, representante docente do CCNH; Michel Dantas, representante docente do CECS; Rogério Perino de Oliveira Neves, representante docente do CMCC; Ronny Maciel de Mattos, representante dos técnicos administrativos; Sergio Daishi Sasaki, representante docente do CCNH; Sérgio José Custódio, representante discente de pós-graduação; Tatiana Lima Ferreira; representante suplente docente do CMCC; Conselheiros do ConsEPE: Arilson Favareto, coordenador do Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H); Carlos Eduardo Capovilla, representante docente do CECS; Daniel Miranda Machado, representante dos coordenadores de cursos de graduação; Israel da Silveira Rêgo, representante docente do CECS; Jean-Jacques Bonvent, representante docente do CCNH; Jeferson Cassiano, representante docente suplente do CMCC; Yossi Zana, representante docente do CMCC. Ausentes: Adelaide Faljoni-Alário, representante dos coordenadores de cursos de pós-graduação; Diogo Filippo M. Marvulle, representante discente da graduação; Eduardo de Moraes Gregores, representante docente do CCNH; Elienai de Almeida Reis, representante suplente discente de graduação; Emery Cleiton C. C. Lins, representante docente do CECS; Guilherme Afonso Siqueli, representante discente da graduação; Jefferson José da Conceição, representante da comunidade civil; João Gabriel Spir Costa, representante suplente discente da graduação; João Paulo Góis, representante suplente docente do

CMCC; José Carlos da Silva, representante suplente dos técnicos administrativos; José Fernando Queiruga Rey, coordenador do Bacharelado em Ciências e Tecnologia (BC&T); Josiene Silva, representante da comunidade civil; Mateus Santos da Rocha, representante discente da graduação; Rodrigo Reis de Oliveira, representante discente de graduação; Rosana Aparecida Pereira, representante suplente dos técnicos administrativos; Ausências Justificadas: Carlos Alberto da Silva, representante docente do CCNH; Edmárcio Antonio Belati, representante docente do CECS; Maria Isabel Mesquita Vendramini Delcolli, representante dos técnicos administrativos; Nasser Ali Dagasthali, representante docente do CECS; Patrícia Dantoni, representante docente do CCNH; Sônia Maria Malmonge, representante docente do CECS; Não-votantes: Alda Maria Napolitano; Armando Caputi; Dácio Roberto Mateus; Denise Consonni; Fabiane Alves, chefe da Divisão de Conselhos; Leandro Chemalle; Soraya Aparecida Cordeiro; secretária geral. Apoio: Renata Silva e Thiene Pelosi Cassiavillani, assistentes em administração da Secretaria Geral. Havendo quórum legal, o magnífico reitor, após cumprimentar os presentes, abre a sessão às 14h25. Informa que a sessão não tem caráter deliberativo, mas objetiva a conscientização dos conselhos superiores da UFABC quanto a questões que necessitarão de sua deliberação futura. Acrescenta que, apesar de o tema ser de competência do Conselho Universitário (ConsUni), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE) tem muito a contribuir para o desenvolvimento das discussões e, assim, optou-se pela realização de uma sessão conjunta. Explica que a questão em pauta trata do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), iniciado a partir da criação de um grupo de trabalho (GT) nomeado para esse fim, sob a presidência do professor Gustavo Dalpian, e cujo horizonte de planejamento foi o ano de 2022. Ressalta ser um projeto muito ambicioso para uma universidade tão jovem e que seu ponto culminante será a apreciação do ConsUni. Passa a palavra para o relator, tendo essa sessão **PAUTA ÚNICA:** Plano de Desenvolvimento Institucional da UFABC 2012-2022: Metas para a Consolidação e Expansão da UFABC. Professor Dalpian informa que a pauta abrange apenas um capítulo do PDI da UFABC, que trata, especificamente, das metas para a consolidação e expansão da UFABC e diferencia-se dos demais por estabelecer metas quantitativas. Explica que a presente objetiva a coleta de sugestões para incorporação e futura apreciação pelo ConsUni. Relata que o Grupo de Trabalho instituído para conduzir a produção do Plano de Desenvolvimento Institucional (GT-PDI) foi criado pela Portaria n° 196, de 9 de maio de 2011, com o objetivo de "*conduzir a produção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFABC referente ao período de 2012 a 2022*." Ressalta que esse objetivo é muito importante, pois denota a característica de condução, e não produção do PDI, uma vez que esta deverá ser extraída da comunidade. O GT-PDI possui dez integrantes, dos quais alguns fazem parte, também, do ConsUni. A metodologia de trabalho dá-se por meio da coordenação de debates, consultas e reuniões com a participação da comunidade, a fim de conceituar o desenvolvimento das áreas da UFABC. Fundamentados por esses debates, os agentes da comunidade elaboram um texto-síntese a ser consolidado pelo GT-PDI. Após a consolidação, o documento é submetido ao ConsUni. Expõe que a primeira consulta, realizada no ano de 2011, foi quanto aos temas a serem discutidos no PDI e muitas das sugestões foram incorporadas aos trabalhos e comporão o documento final. Sinaliza os principais temas constantes no documento:

"*Desafios para o Futuro – A UFABC e o desafio de enfrentar os grandes temas colocados para a humanidade"; "Balanço dos 5 anos da UFABC"; "Excelência Acadêmica"; "Extensão"; "Expansão"; "A Missão da Universidade"; "Gestão"*. Revela que a construção participativa do PDI se dá em três níveis: 1) temas específicos são debatidos por grupos especializados; 2) temas amplos têm seu debate estimulado em consulta virtual; 3) temas complexos são discutidos em debates ou seminários com convidados externos. Ressalta que, para todos os temas, serão elaborados textos preliminares a serem discutidos pelo GT-PDI e encaminhados para contribuições da Comunidade Universitária, presencial ou virtualmente. Prossegue, detalhando debates e consultas públicas já realizadas, bem como as próximas atividades a serem realizadas. Inicia, então, a exposição das metas de consolidação e expansão da UFABC. Explica que, neste contexto, a primeira das metas é a consolidação da infraestrutura física da UFABC, ou seja, a conclusão dos câmpus de Santo André, que terá aumentada sua área construída de 60.000m² para 127.000m² e São Bernardo do Campo, de 36.000m² para 56.000m² até o ano de 2015. Deste modo, até o ano de 2015, toda a área disponível da UFABC estará construída e necessita-se, então, buscar a aquisição de terrenos para futuras expansões. Reforça que o PDI, antes de ser um documento de planejamento interno, é um documento formal junto ao Ministério da Educação (MEC) com o qual todos os futuros planejamentos deverão estar de acordo, para que possam ser financiados por aquele órgão. Dentre as expansões previstas, destaca: 1) Câmpus de Inovação, com a finalidade de romper as barreiras entre inovação e pesquisa acadêmica e intento de ser construído no terreno anexo ao Câmpus de São Bernardo do Campo, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI), MEC e Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (PMSBC); 2) Câmpus de Extensão, que seria um espaço para a realização de atividades de interação com a comunidade. Prossegue, apresentando as metas quanto à ampliação do número de alunos na UFABC, a fim de atender o compromisso, perante a sociedade, da expansão do acesso à educação superior gratuita e de qualidade. Informa que este tópico será tratado pela servidora Alda Maria, passando-lhe a palavra. Ela afirma que a UFABC foi criada como parte do projeto do governo federal de ampliação de vagas públicas de ensino superior que, de 2005 a 2012, elevou em 50% a oferta de vagas em universidades federais e institutos tecnológicos. Quanto à Matriz de Alocação de Recursos, explica que houve uma reformulação, e que, para o orçamento de 2013, o Aluno Equivalente, no qual estão inseridos ingressantes e concluintes da graduação, residência médica, mestrado e doutorado, tem um peso de 90%. Informa que, aos alunos da graduação, acrescentam-se algumas bonificações, que fazem com que seu peso seja maior que o dos concluintes de mestrado e doutorado. Apresenta, em seguida, a relação proposta pelo MEC para dimensionar o quadro de servidores: 1) proporção de 18 para 1 na Relação Alunos por Professor (RAP); 2) proporção de 15 para 1 na Relação alunos por técnico administrativo (RAT). Internamente, idealizou-se um cenário para 2022 em que os cursos BC&T+Pós e BC&H+Pós, no período diurno, teriam tempo de integralização e taxa de evasão, respectivamente, de 6 anos e 15% e 5 anos e 10%. No período noturno, o BC&T e o BC&H apresentariam tempo, integralização e taxa de evasão, respectivamente, de 7 anos e 15% e 6 anos e 10%. Ainda, os alunos de pós-graduação representariam um total de 25% dos alunos da graduação. Dimensiona os dados

apresentados, detalhando a relação entre alunos de graduação e pós-graduação de outras universidades federais do país. Em seguida, expõe os números de ofertas de vagas para graduação em 2013, sendo, no Câmpus Santo André, 1.125 e no Câmpus São Bernardo do Campo, 835, totalizando 1.960 vagas. Já os matriculados em cursos de pós-graduação, em 2012, somam 852. Quanto à expectativa de oferta de vagas para a graduação no ano de 2022, espera-se que haja 2.000 vagas ofertadas no Câmpus de Santo André e 1.600 vagas ofertadas no Câmpus São Bernardo do Campo, totalizando 3.600 vagas. Assim, o número total de alunos matriculados no curso de graduação passaria de 7.222, em 2012, para 19.430, em 2022. Para a pós-graduação, o número de matriculados esperados é de 4.857. Explica que as estimativas foram elaboradas considerando os mesmos tempos de integralização dos cursos taxas de evasão para o BC&T e BC&H no ano de 2022. Consolida os números, expondo o total de alunos matriculados na UFABC em 2012, 8.074, e o total esperado para 2022, 24.286. Expõe que a expansão do número total de alunos é de extrema importância, pois as Universidades Federais mais jovens conseguiram alocação de seus recursos, na Matriz da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), por uma fórmula diferenciada, que considera os alunos matriculados, em oposição à fórmula complexa, que abrange ingressantes e concluintes. Entretanto, explica que, em 2022, a UFABC não mais poderá utilizar-se da fórmula diferenciada, pois ela é válida, apenas, para os primeiros dez anos de uma instituição. Baseando-se na proposta apresentada pelo MEC para o dimensionamento dos servidores da UFABC, apresenta a situação atual e a esperada do número de alunos em relação a docentes e técnicos administrativos. No ano de 2012, são 477 docentes, com RAD de 16,92 e 581 técnicos administrativos, com RAT de 13,90. Para o ano 2022, espera-se um total de 1.349 docentes, com RAD de 18,00 e 1.619 técnicos administrativos, com RAT de 15,00. Segue, apresentando a proposta para a implementação do Câmpus de Mauá, que afirma ser uma realidade, apesar de não haver, ainda, qualquer definição a seu respeito. Espera-se, porém, que o Câmpus esteja implementado na cidade até o ano de 2020. Conclui expondo alternativas de estratégias para a expansão do número de alunos: 1) ampliação da oferta de vagas dos cursos atuais; 2) abertura de novos cursos; 3) criação de outros bacharelados interdisciplinares (BI), como em Artes e Tecnologia e em Ciências da Vida/Saúde. Professor Waldman reforça que o intuito da presente reunião é, justamente, promover o debate quanto à expansão e consolidação da UFABC, capítulo importante do Plano de Desenvolvimento Institucional. Abre para discussão. Professor Yossi parabeniza o GT-PDI pelo trabalho realizado. Quanto aos cenários esperados para 2022, gostaria de conhecer os fundamentos para obtenção dos números expostos e detalhes sobre o câmpus em Mauá. Professor Igor solicita a palavra para ler documento por ele redigido: "*Magnífico Reitor, caros colegas do ConsUni e do ConsEPE, acho uma iniciativa salutar para o bom andamento e desenvolvimento dos anos vindouros da UFABC a apresentação da versão preliminar das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade para a próxima década. Por esta razão, parabenizo a Reitoria por esta iniciativa. Porém, ao ler o documento, como membro do Conselho Universitário, algumas informações me chamaram a atenção. Especificamente, refiro-me ao ponto 'Expansão – Câmpus Mauá'. Este é um assunto extremamente delicado. Ainda mais, causa-me grande preocupação o fato de,*

recentemente, ter passado pelo ConsEPE um documento no qual costa [sic] *os seguintes dizeres: 'A UFABC é uma Universidade multicampi, prevendo-se que suas atividades distribuam-se, no período de 10 anos, em pelo menos três campi.' Pergunto: qual é o terceiro câmpus? Seria Mauá? Acredito que sim, afinal, está escrito até no documento do GT-PDI. Gostaria de ler um trecho da ATA nº 07/2011, de 02/08/2011, do Conselho Universitário, página 3, linha 43, e página 4, linhas 1 a 4: 'A Reitoria pronunciou-se, por meio de nota, ressaltando o caráter meramente autorizador desse documento e que a UFABC ainda não deliberou acerca da criação do câmpus de Mauá. Professor Igor solicita que o MEC seja consultado acerca de quais documentos fundamentaram a emissão do parecer CNE n° 204/2010.' Esse trecho refere-se a uma das reuniões mais tensas do Conselho Universitário, no qual* [sic] *foi debatida a questão de Mauá e vários pontos ficaram ainda por ser decididos. Mais ainda, ao que me lembre, por mais que houvesse uma tendência clara do ConsUni em querer o Câmpus de Mauá, não houve, de forma alguma, a aprovação de tal Câmpus. Ainda nesta mesma ATA, na página 5, linhas de 34 a 36, consta: 'Professora Itana retira sua proposta e registra seu apoio ao encaminhamento sugerido pelo professor Marvulle, bem como ao pedido de esclarecimento solicitado pelo professor Igor acerca do parecer CNE n° 204/2010.' No dia 27/09/2011 a Reitoria foi cobrada acerca da requisição feita na reunião de 02 de agosto, conforme consta na ATA 03/2011, página 5, linhas de 1 a 7: '(...) professor Igor recorda que solicitou ao presidente do Conselho que requisitasse ao MEC os documentos que fundamentaram a emissão do Parecer n° 204, de 7 de outubro de 2010, ao Conselho Nacional de Educação. A chefe de gabinete, Eloísa Quitério, esclarece que a Reitoria aguarda uma resposta nesse sentido para apresentá-la ao Conselho. Professora Itana solicita que conste na ata que retirou seu assunto da pauta, mediante ao que ficou acordado à ocasião: encaminhamento do ofício ao MEC e solicitação de esclarecimentos acerca do referido parecer do CNE.' Que me conste, até hoje o ConsUni não foi comunicado sobre tais pedidos ou o seu desfecho. Confesso meu desconforto e meu incômodo sobre a situação. Sinto-me, inclusive, constrangido em cobrar, novamente, os documentos que há mais de um ano solicitei. Mas meu constrangimento só não é maior do que minha obrigação, ao aceitar ser participante do órgão colegiado deliberativo máximo dessa Universidade, de assumir o papel de guardião dessa instituição e zelar pelo seu melhor andamento. Por essa razão, Magnífico Reitor, pergunto: onde está o documento? Qual nossa posição sobre Mauá? Esse câmpus, realmente existe? Realmente o aceitamos?*". Conclui, afirmando parecer-lhe que duas últimas perguntas foram respondidas durante a apresentação. Porém, pelo que se lembra, o ConsUni não foi consultado quanto ao Câmpus Mauá. Professor Dalpian informa que o fato de Mauá ou qualquer outro dado constar no PDI, não significa uma pré-aprovação. Explica que PDI é, apenas, um plano, uma intenção. A implementação do Câmpus, assim como os novos bacharelados presentes no Plano, necessita da aprovação dos Conselhos competentes. Ressalta que todos os assuntos ainda serão votados nas instâncias competentes. Professor Igor salienta ter sido dito pela relatora que o Câmpus de Mauá é uma realidade. Ainda, lê trecho da página 16 do documento em pauta: "[...] *estrutura administrativa para dar o início as atividades no câmpus de Mauá, tal pactuação reflete o interesse da UFABC em*

atender a demanda por ampliação de vagas públicas de ensino superior na região do ABC." Professor Yossi pede esclarecimento quanto à validade do pacto referente ao Câmpus Mauá, uma vez que este já fora rejeitado pelo ConsUni. Professora Rosana pede que, caso a redação do documento suscite dúvidas, seja proposta uma nova alteração que denote uma intenção da construção do Câmpus Mauá, e não uma certeza. Explica que o referido pacto não possui efeitos, sem a aprovação do Conselho Universitário, acrescentando que ele foi estabelecido pelo desejo do Governo Federal de que o Câmpus Mauá exista. Professor Dalpian acredita estar claro que o Câmpus Mauá, para ser criado, necessita da aprovação do Conselho Universitário. Reforça que o documento apresentado busca demonstrar uma intenção de que seja estudada a viabilidade de implementação do referido Câmpus. Sugere que a questão de Mauá seja discutida em outro momento, de modo que se possa debater os outros tópicos do documento. Professor Mauro pede esclarecimentos quanto às expectativas apresentadas em relação ao número de alunos. Informa que, no início da Universidade, o plano era que se chegasse a 10.000 alunos, sendo 7.500 de graduação e 2.500 de pós-graduação. Como o PDI apresenta a expectativa de um total aproximado de 25.000 alunos, gostaria que fossem explicitados os fundamentos para essa elevação. Solicita mais detalhes quanto ao Câmpus de Inovação, como se este contará com laboratórios dos grupos de pesquisa (LGP), laboratórios multicentro (LMC) e laboratórios multiusuário (LMU). Mostra-se preocupado com a entrada na Universidade na Matriz ANDIFES, indagando se os recursos dela provenientes serão suficientes para seu custeio quando esta contar com 25.000 alunos. Ainda, acredita que deva estar explicitada no documento a deficiência de técnicos administrativos na UFABC, principalmente, para o auxílio da pesquisa. Professor Dalpian explica que a previsão inicial de 10.000 alunos considerava, apenas, o Câmpus Santo André. Acrescenta que há diferentes modelos para o cálculo do número total de alunos e, deste modo, pode haver uma pequena variação entre as estimativas. Em relação à Matriz ANDIFES, afirma ser complicada a sua previsão, pois a alocação é construída a partir dos dados de diversas Universidades. Informa que as questões referentes ao Câmpus de Inovação e deficiência de técnicos administrativos serão respondidas pelo professor Klaus, para quem passa a palavra. Ele afirma que o Câmpus contará com LGPs, LMCs e LMUs, uma vez que a Resolução ConsEPE n° 127 define essas como as três categorias de laboratórios da UFABC. Acrescenta que o detalhamento dos laboratórios não cabe ao PDI, uma vez que este trata de diretrizes e indicações. Quanto à deficiência de técnicos administrativos para pesquisa, afirma ser uma demanda antiga de todos os pesquisadores que deve constar no projeto de expansão do quadro de recursos humanos da UFABC. A representante dos técnicos administrativos, Fátima, sugere que, no subitem 1.1, ao tratar das parecerias com o MCTI, MEC e PMSBC, seja acrescida a redação *"e outros órgãos"*, de modo a não restringir os possíveis parceiros. Ainda, acredita ser necessária uma maior avaliação quanto à aquisição do terreno da Rhodia, uma vez que há um parecer da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) de que ele esteja contaminado. Professor Daniel Miranda discorda do pressuposto de que a UFABC deva possuir vários câmpus, por não considerar que a expansão dependa da fragmentação dos espaços. Assim, não é favorável que a pré-disposição à implementação do Câmpus Mauá deva figurar no documento. Por entender

que as propostas apresentadas pelo MEC devem ser negociadas e não tomadas como regras, considera que os números de RAT e RAD que constarão no PDI também devem ser discutidos pelos Conselhos. Considera ainda questões importantes como seu caráter multicâmpus, pois em momento algum menciona serem os docentes e técnicos administrativos multicâmpus, capacitação de servidores em áreas estratégicas como NTI, por exemplo, dimensionamentos específicos das bibliotecas. Opina ser de competência dos Conselheiros o estabelecimento do cenário futuro desejado e que, a partir de então, esse cenário seja esmiuçado. Professora Rosana afirma que, ao solicitar a presente reunião, o GT-PDI reconhece que necessita de auxílio para a construção da proposta e que a pesquisa é fundamental para a UFABC, mas não se pode eximir a importância do crescimento em termos de tamanho, que é norteado pelo papel social da Universidade em ampliar o acesso à educação. Explica ainda que, com o número atual de alunos, o valor alocado à UFABC, pela Matriz ANDIFES, corresponde a, apenas, um terço do valor necessário para o seu custeio. Acrescenta que apenas um maior número de alunos não fará com que a Matriz ANDIFES contemple todas as nossas necessidades, mas seria um primeiro passo. Quanto ao Câmpus Mauá, entende que a discussão tenha sido proveitosa e espera receber contribuições para uma melhor redação. Expõe que um plano é um processo abstrato, o que obriga a existência de mudanças constantes e que para a construção do cenário, necessitou-se adotar parâmetros. Assim, estabeleceu-se uma meta numérica, para poder-se discutir os meios para persegui-la, mas, caso os Conselheiros assim entendam, tal meta poderá ser alterada. Informa que o número de 25.000 alunos foi atingido pensando-se em um cenário que apresente um acréscimo da área disponível, seja em São Bernardo ou em Santo André. Esse número pode ser alterado e não se trata do Câmpus Mauá. Afirma que, para manter o padrão atual da UFABC, necessitar-se-á buscar recursos fora da Matriz ANDIFES, mesmo com a expansão do número de alunos, mas essa expansão diminui a diferença entre o valor necessário para o custeio da Universidade e aquele recebido por meio da Matriz. Professor Serra esclarece que, há 5 anos, havia zero cursos de pós-graduação na UFABC e, hoje, há 17. Acrescenta que, a partir desse momento, o crescimento dar-se-á em menor escala, mas estima que, por volta de 2022, haja de 25 a 30 cursos de pós-graduação, com um número de 4.000 a 5.000 alunos. Assim, considera compatível com as expectativas, a projeção de 25% do número estudantes da graduação cursando a pós-graduação. Professora Cristiane questiona a utilização de apenas 56.000m² de área construída no Câmpus São Bernardo do Campo, ao que professora Rosana afirma que está sendo analisada a possibilidade de construção de uma estrutura mais verticalizada no referido câmpus, mas que isso ainda não foi incorporado ao documento, dado que os estudos não foram finalizados. O representante discente Leonardo acredita que o Câmpus de Extensão seja fundamental para a Universidade, uma vez que ele estabelece uma interlocução com a comunidade. Levanta a necessidade de a questão da moradia estudantil figurar no documento, para que esta tenha, ao menos, sua discussão pautada. Ainda, considera o Bloco Sigma de grande importância para a Universidade e acredita que poderia ali ser uma das áreas de expansão na cidade de São Bernardo do Campo mencionadas no PDI. O representante discente da pós-graduação Sérgio Custódio relata a questão da destinação de 10% dos royalties do petróleo para a Educação e afirma considerar importante que a UFABC se manifeste quanto a isso.

Acredita que o Câmpus Mauá seja estratégico para a expansão da UFABC, uma vez que naquela cidade há uma refinaria da Petrobrás. Sugere que constem no PDI mais detalhamentos sobre as características dos futuros alunos, como cor de pele e proveniência ou não de escolas públicas. Ainda, salienta a necessidade da moradia estudantil. Professor Dalpian explica que o que está em discussão são apenas as metas de expansão e, assim, algumas de outras questões levantadas serão tratadas em outros capítulos do PDI e integrarão o documento final. Professor Derval parabeniza o GT-PDI. Atenta para a redação do documento, sugerindo que o tempo verbal de alguns itens seja alterado, de modo a indicar aspirações e metas, e não cenários futuros concretos. Acrescenta que a RAT e a RAP não devem ser explicitadas, para que se possa negociar a diminuição desses números perante o MEC. Considera importante constar no documento um planejamento mais definido da abertura e ampliação de cursos, pois, quando da avaliação de um curso pelo MEC, este verifica se o curso foi previsto no PDI. Ressalta a necessidade de aumentarem-se as vagas de Graduação para maior alocação de verbas da Matriz ANDIFES e acredita que devam ser abordadas, no PDI, outras políticas visando essa maior alocação. Professor Arilson afirma que, na definição das metas, devem-se equilibrar as vontades da comunidade universitária e as imperativas implícitas para a angariação de recursos públicos. Acrescenta que, para a UFABC, pode-se perceber uma relação direta entre qualidade e tamanho, uma vez que, para que o projeto pedagógico da Universidade funcione, deve haver uma magnitude que comporte a diversidade de áreas e cursos. Ressalta, ainda, que a ampliação é necessária para a consolidação da área de Humanidades da UFABC. Professor Marvulle confirma que, para obterem-se recursos pela Matriz ANDIFES é necessária uma grande expansão do número de alunos. Porém, mostra-se preocupado com esse crescimento acelerado, pois é possível que acabe por depreciar a qualidade da Universidade. Sugere que se busquem recursos externos. Suscita a questão da paridade das eleições, sobre a qual, a seu ver, deve constar alguma meta no PDI. Professor Waldman expõe que, diferentemente das universidades criadas no passado, os câmpus da UFABC já foram implementados com suas áreas saturadas. Assim, a única maneira de a UFABC crescer será por meio da implementação de novos câmpus. Informa que o governo federal, no ano de 2011, lançou a terceira fase do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que prevê a criação de 4 novas universidades federais e 47 novos câmpus das universidades já existentes, sendo, um deles, o Câmpus Mauá da UFABC. Assim, mostra-se favorável à menção do referido câmpus no PDI, para que este se alinhe aos interesses do MEC e às demandas da região, uma vez que o município de Mauá vem exercendo fortes pressões para abrigar um câmpus da UFABC. Quanto aos números de RAT e RAP, acredita que não devam figurar no documento, pois o MEC não ofereceu detalhamentos sobre como devem ser contabilizados os números de alunos, técnicos administrativos e professores. Com relação a questão multicâmpus, já está sendo trabalhada uma proposta que preveja a atuação dos docentes em câmpus específicos. Em relação à questão dos recursos externos, levantada pelo professor Marvulle, afirma que a UFABC tem tido dificuldade com a sua captação. Assim, não se mostra convencido de que essa prática possa ser a solução dos problemas orçamentários da UFABC. Mas, considera a situação da UFABC propícia para parcerias, devido à grande

quantidade de empresas na região e acredita que o Câmpus Inovação possa exercer papel importante neste sentido. No que concerne à escolha dos dirigentes, crê que a questão ainda esteja nebulosa, sendo a paridade das partes na consulta, apenas uma das maneiras de escolha. Mostra-se favorável à indicação, no PDI, das vantagens trazidas, uma vez adotados outros critérios, mas, no momento, nada se pode fazer até que a lei normativa seja alterada. Professor Igor acredita que, como a UFABC possui como norte, desde sua criação, a excelência em pesquisa, o número esperado de alunos de pós-graduação poderia ser muito superior a 20% do total de alunos, uma vez que a UFABC encontra-se rodeada de empresas que poderiam financiar programas de pós-graduação. Professor Serra explica que os 20% correspondem, não apenas às estimativas realizadas, mas à sua capacidade de orientação. Salienta que cerca 80% do corpo docente já está envolvido em alguma atividade relativa à pós-graduação e há um número máximo, estabelecido por portaria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), de alunos por orientador. O representante dos técnicos administrativos, Marcelo Breganhola, passa a palavra ao servidor Leandro Chemalle, analista tecnologia da informação, que destaca a falta de previsão de qualquer curso de graduação à distância no PDI. Comenta, ainda, quanto às eleições para reitor e vice-reitor, que, a seu ver, poderiam ser realizadas por meio de chapas, ao invés de candidaturas individuais. Professor Daniel Miranda afirma que a questão da graduação à distância já foi discutida e descartada pelo ConsUni e que a eleição para reitor por meio de chapas não é prevista em lei. Professor Comarú parabeniza o GT-PDI. Elenca alguns argumentos favoráveis ao caráter multicâmpus como a maior proximidade da população, descentralização dos serviços e contribuição para o desenvolvimento regional e nacional. Salienta a importância das atividades de extensão para a Universidade e para a comunidade. Por fim, corrobora com a fala do professor Marvulle quanto à busca por recursos externos. Professor Daniel Miranda mostra-se preocupado com a duplicação dos Bacharelados Interdisciplinares (BIs) e considera fundamental que a expansão se dê por meio de novos cursos. Discorda da fala do professor Comarú em relação à proximidade da universidade da população, por acreditar que o impacto do desenvolvimento tecnológico de uma universidade ultrapassa a barreira da região em que ela está situada. Relaciona suas sugestões de alterações do documento: 1) supressão da referência ao município de Mauá; 2) a menção de que a expansão dar-se-á por meio de novos BIs. Professor Yossi entende que os números apresentados no documento devam ser mais detalhados e metas para pesquisa explicitadas. Professor Klaus afirma que o estabelecimento de metas para a pesquisa acaba por limitá-la, pois inibe a imaginação e a criatividade. Acrescenta que a melhor maneira da se estabelecer tais metas é de maneira indireta, como a porcentagem de alunos de pós-graduação, ou de participação de docentes em projetos. Professora Tatiana acredita que o PDI deveria contemplar, além das maneiras de obtenção de recursos, estudos sobre e estratégias para a diminuição de custos desnecessários. Preocupa-se, também, com o delongado tempo de formação dos alunos, que afirma estar muito distante do considerado o ideal pelos docentes. Gustavo Galati, recorda que antes da implementação da UFABC, a sociedade pronunciou-se, por meio do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, quanto a suas expectativas em relação à UFABC, dentre as quais, sobressaiu-se a de uma contribuição com a melhoria da educação

fundamental e, sobretudo, de nível médio da região. Suscita a possibilidade de alguma meta neste sentido figurar no documento. Professor Marcelo Pires afirma não ter percebido no documento uma preocupação com a manutenção e melhoria da qualidade do ensino, mas apenas com a questão orçamentária. Acredita que, com um aumento tão significativo do número de vagas ofertadas, os ingressantes serão muito despreparados para a densidade dos cursos da UFABC. Preocupa-se com a maneira de como a UFABC se organizará quanto ao aumento do quadro de docentes e a sua divisão entre os câmpus e considera importante que isso deva ser exposto no documento. Opina que o documento deva explicitar o caminho a ser percorrido de 2012 a 2022. Professor Rozante questiona se o GT-PDI pretende realizar mais reuniões para debater os outros capítulos do documento e se, em algum deles discutem-se metas relativas à carga didática dos docentes. Professor Dalpian explica que, como o mandato dos membros do ConsUni termina em março de 2013, espera-se que o documento seja aprovado até aquela data, mas que, caso a agenda permita, outras discussões serão promovidas. Ainda, afirma que a questão da carga didática dos docentes constará no documento. O representante discente da pós-graduação, Josué, acredita que o objetivo da Universidade deva ser a expansão não só para o município de Mauá, mas também para as demais cidades do Grande ABC. Tece, então, comentários sobre as questões da moradia estudantil e do ensino à distância e passa a palavra para o também representante discente da pós-graduação, Sérgio Custódio, que se mostra favorável à expansão da oferta de vagas e da porcentagem de alunos matriculados na pós-graduação. Professora Rosana salienta que o capítulo apresentado é, apenas, uma parte do todo e que outros assuntos são discutidos no PDI. Porém, não há tempo hábil para todas as questões serem esgotadas e definidas no documento e, algumas delas, não o figurarão, por necessitarem de estudos mais aprofundados. Reforça a importância da expansão e a indicação da implementação do Câmpus Mauá no PDI. Professor Mauro defende a busca por recursos adicionais junto ao MEC, além daqueles obtidos por meio da Matriz ANDIFES, pois entende que, mesmo com a expansão, os recursos obtidos não serão suficientes no futuro. Professor Waldman mostra-se otimista, em face da presente reunião, quanto à convergência dos Conselheiros em relação à essência do PDI. Como nenhum dos participantes desejasse fazer uso da palavra, o reitor agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às 17h56.

Fabiane de Oliveira Alves
Chefe da Divisão de Conselhos

Renata Silva
Assistente em Administração

Thiene Pelosi Cassiavillani
Assistente em Administração

Soraya Aparecida Cordeiro
Secretária Geral

Helio Waldman
Reitor